

REPRESENTAÇÃO E PAISAGEM: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA INTEGRADORA

Bernardo Cerqueira

Aguedaⁱ

Mestrando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Ainda que muitas vezes reduzida aos aspectos visíveis, a paisagem consiste em um conceito extremamente complexo e polissêmico, com múltiplas aberturas e possibilidades de análise. No imenso debate em que o conceito está envolvido, surgem variadas formas de abordá-lo, agregando diferentes significações. Assim, buscamos neste artigo inicialmente refletir acerca da construção do conceito da paisagem na geografia, abordando algumas das suas acepções e perspectivas de análise. Em seguida, dialogaremos com o conceito de representação, sobretudo a partir da concepção desenvolvida por Henri Lefebvre, buscando considerar seus possíveis aportes para a construção de uma perspectiva integradora de paisagem. Nosso objetivo consiste em reafirmar o potencial analítico do conceito de paisagem a partir da proposição de uma perspectiva geográfica e integradora do mesmo, tendo em vista as contribuições trazidas pelas representações.

Palavras-chave: conceitos; paisagem; geografia; representações; espaço.

LANDSCAPE AND REPRESENTATION: POSSIBILITIES OF CONSTRUCTION OF AN INTEGRATING PERSPECTIVE

Abstract

Although often reduced to the visible aspects, the landscape consists of an extremely complex and polysemic concept, with multiple openings and possibilities for analysis. In the immense debate in which the concept is involved, there are various ways of approaching it, adding different meanings. Thus, we seek in this article to initially reflect on the construction of the landscape concept in geography, addressing some of its meanings and perspectives of analysis. Next, we will discuss the concept of representation, especially based on the conception developed by Henri Lefebvre, seeking to consider its possible contributions to the construction of an integrative landscape perspective. Our objective is to reaffirm the analytical potential of landscape by the proposition of an geographical and integrating perspective of this concept, in view of the contributions of the representations.

Keywords: concepts; landscape; geography; representations; space.

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

bernardoagueda@gmail.com

Introdução

O conceito de paisagem está imerso em um imenso debate que envolve diferentes perspectivas científicas e intervenções dos mais variados campos de estudo. Sem constituir uma concepção de uso exclusivo da geografia, a paisagem, entretanto, apresenta-se como um dos conceitos-chave da disciplina, tendo sua história de desenvolvimento substancialmente associada a história da própria geografia. Incorporando diversas conotações e significados ao longo do tempo, a paisagem transformou-se em um conceito extremamente impreciso e polissêmico, sendo utilizada desde a forma mais banalizada até concepções extremamente complexas. De conceito central da disciplina a uma noção marginal ou secundária, teve uma história de enorme variação dentro do pensamento geográfico, estando, nas últimas décadas, permeada por uma luta de ressignificação que visa sua reintrodução nos debates centrais travados neste campo científico.

Assim, para iniciar a reflexão acerca da relevância da paisagem enquanto conceito geográfico, partimos de uma formulação relativamente simples, mas extremamente importante para a discussão que se apresenta a seguir: Os conceitos partem de problemáticas do real, surgem de acordo com problemas específicos da realidade, em consonância com as necessidades de determinado momento histórico.

Como aponta Haesbaert (2014, p. 29), “algumas problemáticas constituem o ‘foco’ central do conceito, que sempre evidencia determinadas questões ou relações, deixando outras em segundo plano, reconhecendo sua presença, mas deixando-as como que fora de foco.” Dessa forma, cada conceito ilumina certas problemáticas, colocando-as no cerne de sua apreensão. Ao fazer isso, outras questões ou problemas ficam “fora de foco”, naturalmente mantem-se obscuros ou iluminados parcialmente. Daí a necessidade de não absolutizar os conceitos, mas de entendê-los em suas conexões com outros conceitos, numa correspondência que constituiria um “sistema de conceitos”, no dizer de Santos (1996), ou uma “constelação de conceitos”, como propõe Haesbaert (2014).

Na Geografia, tal sistema ou constelação de conceitos - heterogêneos e dinâmicos pelas relações internas e externas que constituem (HAESBAERT, 2014) - é

centrado no espaço. Tal conceito ou categoria central da Geografia - em sua relação indissociável com o tempo - se impõe frente aos demais conceitos da geografia, “iluminando-os”. Cada conceito, na metáfora do autor, projeta esta “luz” para problemáticas particulares, constituindo relações próprias e, a partir delas, novas derivações conceituais.

Como categoria principal ou “astro central” da constelação de conceitos da ciência geográfica, o espaço tem como “foco” a dimensão espacial da relação sociedade-natureza. O “foco” do conceito de paisagem, segundo o autor, recairia, especialmente nos dias de hoje, sobre o campo das representações. Dessa forma, desenvolveremos este trabalho ao redor da ideia de paisagem como “espaço-representação”. (HAESBAERT. 2014, p.34)

Nesse sentido, poderíamos afirmar que, na constelação geográfica, paisagem é, antes de tudo, em sua essência, espaço, analisado a partir de uma perspectiva, escopo ou enfoque mais específico. Considerar o conceito de paisagem como menos amplo ou abrangente não significa, de forma alguma, considerá-lo menos importante ou capaz de apreender a realidade. De modo contrário, a constituição de conceitos associados, com diferentes enfoques analíticos, visa justamente abarcar os problemas que surgem na realidade e, assim, ampliar o potencial investigativo em relação à mesma. Nesse sentido, este artigo objetiva reafirmar o potencial analítico do conceito de paisagem, que em nossa visão é de fundamental importância para a abordagem geográfica.

Como afirmamos, a paisagem trata-se de uma palavra polissêmica e de enorme complexidade, sendo abordada a partir de diversas acepções e significados por meio de distintos campos científicos. Porém, trata-se também de um conceito extremamente rico, aberto a inúmeras possibilidades, o que torna imprescindível evitar uma concepção reducionista da mesma. Busca-se nesse artigo contribuir para a construção de uma perspectiva integradora de paisagem a partir dos aportes e possibilidades da geografia, compreendendo o caráter intrinsecamente dinâmico e heterogêneo do conceito. Para isso, dialogaremos com outro conceito importante: o de representação. A ideia de representação permeia grande parte dos estudos sobre paisagem na atualidade, constituindo, em nossa visão, o principal foco da análise

paisagística na geografia. Ao mesmo tempo, ainda demonstra uma miríade de possibilidades e caminhos a serem explorados.

Assim, inicialmente abordaremos algumas das principais acepções do conceito de paisagem, pensando sua construção desde as principais perspectivas originais até as tendências e problemáticas paisagísticas atuais. Posteriormente, incorporaremos ao diálogo as representações, notadamente a partir da perspectiva desenvolvida pelo filósofo francês Henri Lefebvre, para pensar como estas podem contribuir para uma análise mais profunda da paisagem, para além dos aspectos formais.

Paisagem envolve símbolos e cultura, mas envolve simultaneamente os conflitos e contradições contidos na produção do espaço. Dessa forma, o conceito de representação pode contribuir para fundamentar uma visão multidimensional da paisagem, sendo capaz, conforme aponta Serpa (2014), de articular os campos da dialética e da fenomenologia. Ainda que constituam distintos métodos de análise, uma abordagem integradora da paisagem por meio das representações é capaz de fomentar o diálogo e retomar a importância do conceito dentro da geografia.

Acepções e perspectivas do conceito de paisagem

Ao analisar a história do conceito, vemos que o mesmo passou de objeto central dos estudos geográficos a uma posição consideravelmente marginal, relegado como inadequado às necessidades e problemáticas do mundo contemporâneo. Ainda que a paisagem não seja de uso exclusivo dos geógrafos, estando para além das fronteiras da disciplina e, inclusive, ultrapassando em muito o campo da análise científica em geral, o conceito fez parte da consolidação da geografia enquanto ciência, constituindo seu principal objeto de estudo durante um período significativo. Desse modo, é de nosso interesse interpretar os motivos que levaram um conceito-chave da disciplina a tornar-se uma palavra extremamente banalizada, que só recentemente volta a ocupar um lugar de destaque nos debates travados neste campo científico. Diferentemente de grande parte dos geógrafos, defendemos que o conceito de paisagem apresenta enorme potencial enquanto categoria analítica, especialmente nos dias de hoje, desde que seja trabalhado em sua amplitude e ressignificado de acordo com as transformações no espaço e necessidades de análise.

Sansolo (2007), buscando refletir sobre os significados da paisagem como categoria de análise geográfica, discute as origens da palavra em diversas línguas. Ainda que constatando diferenças – sobretudo entre as línguas dos países ocidentais e orientais – mostra que um significado comum encontrado se refere ao sentido da visão, ou seja, a paisagem, de certa maneira, caracterizava “espaços visíveis”, a singularidade da escala do olhar. Tal aspecto de singularidade merece semelhante atenção, uma vez que, conforme destaca o autor, o caráter de singular – de “parte de um todo” – aparece com frequência na etimologia da palavra, em oposição a uma concepção de totalidade, de cosmos ou espaço total, não encontrada para caracterizar o termo.

Conforme aponta Metzger (2001, p. 2), a palavra “paisagem” remonta uma origem muito antiga, tendo ocorrido a primeira referência ao termo nos poemas do “Livro dos Salmos”, do antigo testamento, escritos por volta de 1000 A.C. Naquele contexto, a paisagem referia-se “à bela vista que se tem do conjunto de Jerusalém, com os templos, castelos e palacetes do Rei Salomão” (METZGER, 2001, p. 2), uma noção, portanto, notadamente visual e estética, posteriormente incorporada pela pintura através das técnicas de representação. A figura do pintor, desde as primeiras representações da paisagem, adquiriu grande destaque, cabendo a ele expressar um retrato do mundo que via, refletindo um ponto de vista marcado pelas transformações de sua época e assim, de certa forma, também construindo a paisagem.

Claval (2004) e Holzer (1999), dentre inúmeros outros autores, também discutem a etimologia da palavra paisagem, marcada por divergências quanto a origem do termo como o conhecemos. Conforme aponta Claval (2004, p. 13) a difusão do vocábulo ocorre no século XV, com a palavra holandesa *landschap*. Associados ao holandês *landschap* aparecem muitos termos correlatos em outras línguas, como o alemão *landshaft*, o inglês *landscape*, o francês *paysage*, o italiano *paesaggio*. Com inúmeras e distintas traduções, conforme aponta Bartholomeu (2015), muitos dos ricos significados associados às palavras originais foram perdidos. Da mesma forma, evidentemente, novas significações foram incorporadas, ampliando a heterogeneidade interna do conceito (pela estendida abrangência de problemáticas que passam a ser analisadas através do mesmo) e constituindo novas conexões conceituais, a

partir da produção de novos pontos de interseção com os demais conceitos e derivações conceituais ou noções articuladas.

Nesse “leque” de significações incorporados à paisagem, merece destaque a contribuição do alemão Alexander Von Humboldt, um dos geógrafos pioneiros. Considerado um dos “pais fundadores da Geografia”, o autor incorporou à ciência a expressão artística encontrada nas pinturas do romantismo. Juntamente com os outros naturalistas românticos, Humboldt contribuiu para o surgimento da geografia acadêmica, que tinha como objeto de estudo a paisagem. Dessa forma, como aponta Holzer (1999, p. 151),

[...] a geografia acadêmica e um conceito acadêmico de ‘paisagem’ tem origem simultânea e comum, origem que amplia em muito a concepção primeira de ‘paisagem’ no pensamento ocidental, surgida no renascimento, associada às novas técnicas de representação do espaço, a partir da projeção em perspectiva baseada em um ou dois pontos de fuga, que renovaria os princípios da pintura e das demais técnicas artísticas que se propõem a reduzir o espaço a apenas duas dimensões.

Paisagem e pintura sempre caminharam juntas. Conforme as características das diversas escolas artísticas, as pinturas expressavam à sua maneira a relação entre a natureza e a sociedade, seja dando destaque à primeira, como no romantismo, ou à segunda, onde, por exemplo, na pintura de paisagem ideal do século XVII, os elementos naturais sempre acompanhavam referenciais humanos, representando uma absoluta harmonia entre o homem e a natureza perfeita que o cercava (SOUZA, 2015). A pintura, como aponta Sansolo (2007) a partir de Clark (1961), nos permite conhecer as visões de mundo a partir das representações artísticas de cada período ou escola de arte, permitindo-nos apreender diferentes fases de nossa concepção da natureza. Dessa maneira, expressa a forma como são percebidos os elementos do mundo natural, assim como sua integração com o mundo humano, constituindo diferentes composições.

É com Vidal de La Blache que a paisagem ganha certa autonomia em relação à pintura, a partir, sobretudo, do desenvolvimento de uma teoria em torno do conceito. O geógrafo francês desenvolveu seus estudos a partir da palavra francesa *paysage*, surgida em meados do século XVI e retomada pelo autor como referente a fisionomia de uma região. O termo, da forma que era utilizado pelo autor, apresentava como elemento principal o aspecto visível, as expressões do território, não co-

mo representações fictícias, mas como realidades objetivas, que o identificam e o distinguem dentre os outros territórios (BESSE, 2006, p. 66). Dessa forma, o termo paisagem por vezes confundia-se com outra palavra, a região (em francês *región*), que ganhava força de acordo com a tendência da geografia francesa de seguir uma perspectiva idiográfica, que interpretava as regiões por suas singularidades, aspectos únicos que as diferenciavam das outras. La Blache associava cada paisagem-tipo a um gênero de vida, com uma localização específica e uma própria “maneira de ser” e se adaptar ao meio.

Carl Sauer foi outro nome de enorme importância para os estudos do conceito. O geógrafo norte-americano origina a escola de geografia da paisagem, que tinha como foco o papel transformador do homem na face da Terra. (COSGROVE, 1998). A geografia humana americana, assim, desenvolve seus estudos em torno da palavra *landscape*, traduzida da palavra alemã *landshaft*. A palavra alemã, que se refere a uma associação (morfológica e cultural) entre o sítio e seus habitantes (HOLZER, 1999, p. 152) possivelmente tem origem em *land schaffen*, uma concepção de “criar ou produzir a terra” (NAME, 2010, p. 164). De maneira semelhante, como aponta Cosgrove (1998, p. 100), a ênfase da escola estadunidense residia sobre a transformação do território por meio das tecnologias: o uso do fogo, a hidráulica, a domesticação de plantas e animais e, inclusive, a cultura não-material, demonstrando as evidências na paisagem contemporânea das sociedades anteriores. É nesse momento que aparecem com mais força as questões ligadas à cultura, revelando “um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano particular, práticas que foram aprendidas e transmitidas através de gerações” (COSGROVE, 1998, p. 101). Para Sauer, conforme aponta Name (2010, p. 169), “a paisagem é composta por uma área distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”. Assim, as paisagens culturais diferenciar-se-iam das paisagens naturais (“virgens” ou com pouca ação humana) pela presença do homem enquanto agente transformador da natureza. Tal transformação seria passível de ser apreendida através das marcas deixadas, expressões que manifestam a presença histórica do homem.

Esta ideia de “marca da presença do homem” - ou “marca da relação sociedade-natureza” - merece destaque, constituindo-se num dos elementos mais impor-

tantes para a resignificação do conceito de paisagem. Este sentido de expressão da relação entre a natureza e o sujeito coletivo que nela atua aparece em diversos autores, que dessa forma, contribuíram para a construção de um significado mais dinâmico de paisagem, atrelado às condições históricas e às determinações das sociedades. A ideia de paisagem, assim, aos poucos descolava-se da ideia de um retrato de uma natureza perfeita ou intocada, agregando as perspectivas históricas e culturais.

Aziz Ab'Saber, aproximando-se desta perspectiva, demonstra que a paisagem é sempre uma herança. Segundo ele, “[...] ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de ação de suas comunidades” (AB’SABER, 2003, p. 9). O autor, ainda que dê prioridade aos aspectos da dimensão físico-natural em sua descrição, busca efetuar uma análise mais completa da paisagem, ultrapassando os aspectos imediatamente visíveis para estudar a história da mesma. Este enfoque condiz amplamente com a perspectiva trabalhada pela Ecologia Histórica, que, como mostra Emily Russel (1997), busca decifrar os legados de atividades humanas passadas para explicar as características dos ecossistemas no presente. Esta investigação dos legados humanos ocorre por meio das marcas de atividades humanas pretéritas, persistentes mesmo em ambientes aparentemente prístinos e intocados.

Russel (1997, p. 4) demonstra que o estudo das atuais condições ecossistêmicas é importante, mas não suficiente, uma vez que as interações passadas, por vezes, deixam impactos apenas residuais e de difícil interpretação. Assim, considerando que as influências humanas passadas são cumulativas e superpostas, e tendo em vista a dificuldade – ou até impossibilidade – de encontrar sistemas totalmente desprovidos da atividade humana nos dias de hoje, o autor busca analisar as variações na intensidade do impacto da atividade humana, ocorridas em todos os lugares e nas mais variadas escalas, e desvendar as causas destas mudanças. Desse modo, conforme apontam Solórzano, Oliveira e Guedes-Bruni (2009, p. 49-50) a Ecologia Histórica busca “compreender os fenômenos e componentes ecológicos, como a funcionalidade de ecossistemas, a composição e a estrutura de comunidades, etc., à luz dos processos históricos de transformação da paisagem”. A paisagem, nesta perspectiva,

pode ser interpretada como o passado enxergado pelo presente, ou seja, um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças das sucessivas relações entre o homem e a natureza.

Outra disciplina ou campo de estudos relativamente novo dedicado às relações históricas entre sociedade e natureza e a consequente transformação da paisagem é a História Ambiental. Funcionando mais como um caminho analítico do que efetivamente como uma disciplina independente, a História Ambiental assemelha-se à Ecologia Histórica, mas ao invés de privilegiar os dados das ciências ambientais, dá ênfase em fontes documentais históricas. Assim, busca compreender como a natureza afetou o ser humano e, simultaneamente, como a humanidade influenciou o meio natural (SOLÓRZANO, OLIVEIRA e GUEDES-BRUNI, 2009) a partir do foco nos acontecimentos históricos que modificaram e foram modificados pelo meio ambiente. A paisagem é então considerada, acima de tudo, como um documento histórico, como um resultado da intencionalidade humana e da dinâmica da natureza, ou seja, uma manifestação espacial da relação histórica homem-ambiente.

Augustin Berque, geógrafo francês, desenvolve em seus estudos uma abordagem semelhante, mas trazendo para a paisagem os aportes da geografia cultural. O autor contribui para o debate ao demonstrar que a paisagem é simultaneamente marca e matriz. Segundo ele, a paisagem é marca pois expressa uma civilização a partir da materialidade e, enquanto dado perceptível, pode ser descrita e inventariada (BERQUE, 1998). Portanto, as paisagens expressam os traços históricos da sociedade, ou, nas palavras de Oliveira (2015, p. 278), “são impregnadas de passado”. Porém, como mostra Berque (1998), o estudo da paisagem deve ultrapassar o campo do percebido. Assim, é necessário entender que a paisagem é “vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência e julgada (e eventualmente produzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc.” (BERQUE, 1998, p. 86). Nesse aspecto, incorpora-se uma dimensão subjetiva à paisagem, trazendo as significações que existem por traz do olhar, do perceber. Seguindo este pensamento, a paisagem também é matriz, uma vez que “determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa estética e essa moral, essa política, etc.” (BERQUE 1998, p. 86). Esta interrelação complexa entre o sujeito (não apenas

individual, mas, sobretudo, coletivo) e a paisagem confere à definição do autor um aspecto simultaneamente integrador e sintético.

Como mediação entre o homem e o meio, a paisagem:

[...] não é somente um ‘dado’ que será a forma objetiva do meio. Ela não é somente uma projeção que será a visão subjetiva do observador. A paisagem é um aspecto do produto fundamental que institui o sujeito enquanto tal, dentro do meio enquanto tal (BERQUE, 1985, p. 100 apud. HOLZER, 1999, p. 163).

Outro autor a agregar importantes contribuições para a referida discussão conceitual é o estadunidense Richard T. T. Forman. Discutindo a Ecologia de Paisagens a partir de uma perspectiva fundamentalmente ecológica e biológica, Forman (1995) traz novos ângulos e perspectivas para o debate acerca da paisagem, principalmente a partir do diálogo entre as ideias de mosaico e escala. Para o autor, padrões de mosaicos são encontrados em diversas escalas espaciais, gerando um aspecto de caleidoscópio através das heterogeneidades encontradas na estrutura, função e transformação das paisagens. Para ele, uma paisagem é “um mosaico onde o mix de ecossistemas locais e usos da terra é repetido de maneira similar por uma área de quilômetros” (FORMAN, 1995, p. 13), ou seja, simplificadamente, um agrupamento repetido de elementos espaciais em determinada área. Porém, fazendo associações com a dinâmica dos organismos, demonstra como as perturbações no ecossistema alteram as fronteiras em uma paisagem, gerando fronteiras essencialmente difusas e mosaicos em constante movimento.

Essas ideias de mosaico, escalas e níveis hierárquicos também aparecem em Metzger (2001) e Besse (2014a). Para o primeiro, uma paisagem é “um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação” (METZGER, 2001, p. 4). As escalas e os níveis hierárquicos assumem um papel de destaque nessa abordagem, revelando ainda mais a complexidade e a polissemia por trás do conceito.

Jean-Marc Besse (2014a) explora a multiplicidade de definições e a imprecisão do conceito de paisagem por meio da discussão acerca das principais abordagens contemporâneas do conceito. Assim, apresenta, com enorme riqueza, cinco “portas”

ou problemáticas paisagísticas que coexistem na atualidade. Resumidamente, o autor mostra que a paisagem é: uma representação cultural e social, ou seja, simultaneamente uma realidade mental - envolvendo um ponto de vista, modo de pensar e conceber – e uma expressão humana e social, existindo somente na relação com o sujeito individual e coletivo e envolvendo discursos, formas de pensamento e valores; um território produzido pelas sociedades na sua história, constituindo-se em um espaço organizado (através de motivos econômicos, políticos e culturais) e em uma obra coletiva das sociedades; um complexo sistêmico, articulando o ambiente natural e os elementos culturais das sociedades humanas em uma totalidade objetiva, mas também dinâmica e relacional; um espaço de experiências sensíveis, uma experiência fenomenológica do acontecimento do encontro entre o homem e o mundo que o cerca, mas também a comprovação da existência de um “fora”, de um “outro”; por fim, um projeto, um local ou contexto de imaginação do real e pensamento do possível.

Concordamos com Besse (2014a, p. 65) quando diz que podemos (e devemos) passar por todas as “portas”, aceitar o deslocamento entre diferentes concepções e pontos de vista. Grande parte do potencial crítico do conceito de paisagem reside, justamente, no pensamento aberto, na imprecisão e na complexidade polissêmica do conceito, que fornece diferentes ferramentas para apreender o real e projetar o horizonte. Seus múltiplos significados e acepções devem ser vistos enquanto possibilidades e não como uma inconsistência própria do conceito.

De um retrato artístico de uma determinada vista, passando por uma realidade territorial (como expressão visível das sociedades que a produzem), a paisagem, durante um longo período, era apresentada “como a parte do país oferecida à vista de um espectador” (BESSE, 2014b, p. 242), ou seja, ainda que com novas significações, dificilmente superava a perspectiva do olhar, do sentido da visão. Entretanto, “a série de operações críticas de ‘desconstrução’” a que o conceito foi submetido (BESSE, 2014b, p. 243) agregou outras dimensões, incorporando aspectos políticos e culturais como componentes da experiência polissensorial oferecida pela paisagem. Denis Cosgrove (1998), também trazendo os aportes da geografia cultural, aborda a importância dos códigos e símbolos na paisagem, com valores culturais que expres-

sam a cultura dominante, mas simultaneamente, de alguma forma, expressam o “outro”, as culturas alternativas ou “subdominantes”, que encontram alguma expressão na paisagem, ainda que numa “paisagem de fantasia” (COSGROVE, 1998, p. 105).

É sobre estes valores e símbolos, ou de maneira mais ampla, sobre as representações (e sobre o “outro” contido nas representações), que daremos maior atenção a seguir. A tarefa geográfica de decodificar a paisagem exige a interpretação dos significados contidos na mesma, e por consequência, a busca por explorar o que existe por trás das representações.

Representações e paisagem: fomentando um diálogo promissor

Vimos que as paisagens estão associadas não apenas ao mundo material e visível, mas simultaneamente aos aspectos imateriais e ideológicos, constituindo uma realidade mental. Estudar as paisagens exige, assim, estudar as representações, buscando, no lugar de afastá-las da realidade, tratá-las como meios de apreender a mesma. Para isso, torna-se importante compreender o conceito de produção em sua perspectiva mais ampla, tal como é trabalhada por Henri Lefebvre. Carlos (2011) mostra que a produção não se refere apenas a objetos e coisas materiais, se estendendo à produção da subjetividade do homem a partir da própria consciência da produção. Tal conceito, segundo autora, refere-se, portanto, igualmente à produção e reprodução das relações sociais (envolvendo a subjetividade das representações e significados incorporados) e sua materialização enquanto relações temporais e espaciais. Esta materialização ocorre na paisagem, e é por meio dela que temos o contato imediato com o espaço geográfico.

Vinculadas as relações sociais de produção, as representações são produzidas por sujeitos e é por meio delas que concebemos o mundo. São aproximações da realidade ou, no dizer de Lefebvre (2006), mediações. Daí decorre a necessidade de trabalhar a paisagem também como produto, como conjunto de representações, com significados e intencionalidades que legitimam e deslegitimam valores dos diversos grupos que a produzem.

No livro “A presença e a ausência”, o filósofo francês Henri Lefebvre discorre amplamente sobre o conceito de representação, buscando, a partir da dialética, si-

multaneamente descrevê-lo e situá-lo, apontando seus limites. Uma vez que, como vimos, os conceitos são dinâmicos e múltiplos, mas simultaneamente históricos e limitados em sua apreensão – deixando certas questões ou problemáticas “fora de foco” – o autor contribui para a construção de uma teoria crítica das representações, recuperando a história do conceito no pensamento filosófico e apontando relações com outras noções importantes.

Lefebvre (2006), a partir de autores como Kant, Nietzsche, Hegel, Marx e Heidegger, discute a história das representações na filosofia, onde buscou-se, acima de tudo, a superação destas, na tentativa de se chegar à verdade absoluta, à essência, ao “saber puro”. A tentativa incessante de transcender as representações, que marcou os debates teóricos em torno do conceito na filosofia, acarretou muitas vezes em um certo desprezo pelas mesmas, sem a devida exploração de seu potencial analítico.

Além disso, mostra Lefebvre, o conceito de representação por vezes aparece como sinônimo de ideologia, confusão aparente nos trabalhos de Marx, devido à falta de rigor em certas obras do autor e à difícil tradução das palavras alemãs “Vorstellung” e “Darstellung”. Como apontam Lutfi, Sochaczewski e Jahnel (1996, p. 91), Marx, sem esclarecer com precisão o significado do termo representação, o substitui gradualmente em suas obras pelo de ideologia. Assim, a conotação negativa atribuída às ideologias (vistas como “mentiras de classe”) se expande para as representações, que não são desenvolvidas na obra do autor.

Henri Lefebvre, de forma distinta, analisa a importância das representações na sociedade contemporânea, buscando suas diferentes genealogias e atribuições. O autor, que como de costume trabalha com aproximações, concebe as representações como mediações – por vezes de caráter extremamente ambíguo – entre o ser e o mundo (mas também entre a presença e a ausência, entre o verdadeiro e o falso, entre o “mesmo” e o “outro”). Como apontam Lutfi, Sochaczewski e Jahnel (1996, p. 88) “Lefebvre reconhece-lhes a força, naquilo que impedem e no que permitem o possível.” É por meio delas que interpretamos a realidade e, por consequência, agimos sobre ela. Assim, elas simultaneamente possibilitam e limitam nossos projetos e concepções de mundo.

Os projetos, sonhos e utopias derivam das representações. É por meio delas que concebemos e transformamos a vida, projetando o virtual a partir de representações do real. Daí deriva a necessidade de “(se) representar, mas também transgredir as representações” (LEFEBVRE, 2006, p. 98), criar novas representações, pensar o “impossível possível”.

Buscando abordar o problema da distância entre o ser e o pensamento, Lefebvre mostra que as representações:

[...] não se distinguem em verdadeiras e falsas, mas em estáveis e móveis, em reativas e superáveis, em alegorias – figuras redundantes e repetitivas – e em estereótipos incorporados de maneira sólida em espaços e instituições. (LEFEBVRE, 2006, p. 24, tradução nossa).

Dessa forma, simultaneamente mascaram e revelam a realidade, “não são falsas nem verdadeiras, mas ao mesmo tempo falsas e verdadeiras: verdadeiras como resposta a problemas ‘reais’ e falsas como dissimuladoras de objetivos ‘reais’” (LEFEBVRE, 2006, p. 62, tradução nossa).

Sendo simultaneamente verdadeiras e falsas, as representações não podem ser absolutizadas, ocorrer e definir-se em si mesmas. Nesse aspecto, merece atenção a relação representação-representado, uma vez que as representações ocorrem a partir de sujeitos que as engendram a partir de suas percepções. Dessa forma, as representações são sempre produzidas, não podem:

[...] ser reduzidas a uma imagem de espelho, um reflexo. Pelo contrário, o espelho e o efeito de espelho, o duplo, a sombra, o eco, o reflexo pálido e a reflexão incerta fazem parte do mundo de representações e mediações. Isto permite ver como e porquê a representação é tão potente como necessária, mas também como não há representação privilegiada. (LEFEBVRE, 2006, p. 168, tradução nossa)

Como afirmamos, as representações não são absolutas, não existem por si, mas são produzidas. Sendo produzidas, são permeadas por relações de poder, seja nas mais diversas expressões em que se manifesta. Dentre as inúmeras manifestações, Lefebvre confere destaque à linguagem, que torna-se fetichizada por meio da “arbitrariedade” dos signos, que se “desprendem” das coisas, tornando-se autônomos, representações de uma representação (LEFEBVRE, 2006, p. 26).

Nesse sentido, a legitimação de uma hierarquia e a constituição de uma hegemonia também se dão por distintos mecanismos, onde a própria linguagem ex-

pressa relações de poder, constituindo, nas palavras de Gramsci (2000), os “meios de produção espiritual” da sociedade. Devemos ter em mente, por conseguinte, que um discurso nunca é neutro, ou seja, sempre carrega uma forma de ver o mundo, está “localizado” no espaço e contém uma ideologia específica. Quando afirma-se verdadeiro, é um importante mecanismo portador de poder, além de ser um dos instrumentos por onde o poder circula, contendo diversas intencionalidades, como mostra Stuart Hall (2002), discutindo Foucault. O poder expressa sempre uma relação e por isso, pressupõe um “outro”. Ao apontar os defeitos e as diferenças desse “outro”, o discurso se afirma como superior e se auto-legitima, reproduzindo relações de poder através da própria linguagem.

As representações atravessam a linguagem, e em vista disso, simultaneamente vêm de dentro e de fora do sujeito. Não existem apenas a partir de uma imposição de fora, com existência independente da constituição de cada sujeito e da história de cada indivíduo, assim como não são produzidas somente pelo sujeito, afastadas das relações sociais e da diferença. Como aponta Lefebvre:

O mesmo se ‘representa’ através do outro — o sujeito através do objeto —, o real através do ideal, a vontade obscura através das representações, etc. Isto significa que o mesmo não pode apresentar-se a si mesmo; não pode tornar-se presente a si mesmo sem passar pela prova do outro, da ausência e da abstração, do nada. Não pode prescindir da representação. (LEFEBVRE, 2006, p. 167, tradução nossa)

Dessa forma, presença e ausência não configuram campos opostos, exclusivos, mas, pelo contrário, existem simultaneamente nas representações, uma prescinde da outra, uma é mediada pela outra e uma se complementa pela outra. Mais do que isso, uma se define pela outra; contraditoriamente formam uma unidade. Desse modo, não há presença absoluta e não há ausência absoluta (LEFEBVRE, 2006, p. 257). Esse duplo aspecto aparece nas grandes obras, nas principais representações artísticas da realidade e, segundo o autor, saber incorporá-lo, é muitas vezes o que distingue os grandes artistas.

Tal unidade contraditória surge em Lefebvre como um terceiro termo para essa dupla relação: o “presente-ausente”. Da mesma maneira em que supera a dicotomia representante-representado através da representação, complexifica a relação entre presença e ausência pelo “outro” (o “presente-ausente”). Uma vez que nos de-

finimos através do “outro” (e pelas diferenças com relação a ele), este “outro” está “presente-ausente”, configurando a relação de alteridade através do falso isolamento da diferença.

Rua (2007, p. 163), a partir da tríade representado-representação-representante, mostra como o estudo das representações “permite compreender o processo pelo qual a força do representado é suplantada pelo seu representante por meio das representações”. Trata-se de um jogo dinâmico, uma relação intercambiável e contraditória entre estes três momentos que constituem a tríade. Assim:

Entre as representações, umas são engendradas pelas relações e pelo modo de produção e se põem a serviço de ambos, elaborando-se em ideologia e cientificidade. Outras vêm de mais longe, de mais profundo, de sociedades anteriores, de mitologias, de religiões. Com o passar do tempo foram sendo modificadas, desprendendo-se dos arquétipos simbólicos. Passaram então a servir para dissimular, simulando outra coisa. Estão em todas as mentes. (LEFEBVRE, 1980, p. 69, apud. RUA, 2007, p. 163)

Estando em “todas as mentes”, as representações vinculam-se à hierarquia estabelecida nas relações sociais, ou seja, (re)produzem-se desigualmente no espaço. Torna-se importante, desta maneira, recuperar outra tríade analítica de Lefebvre: as práticas espaciais (o espaço da experiência e da percepção aberto ao toque físico e à sensação); as representações do espaço (o espaço como concebido e representado); e os espaços de representação (o espaço vivido das sensações, a imaginação, das emoções e significados incorporados no modo como vivemos o dia a dia). (LEFEBVRE, 1991).

Paisagens estão relacionadas às representações do espaço, mas também aos espaços de representação (sendo permeadas pelas práticas espaciais). Ainda que produzidas desigualmente, incorporam tanto as representações hegemônicas, dos saberes técnicos e racionais, como as locais, do espaço vivido, sejam elas “contra-representações” de resistência ou apenas reproduções dos valores impostos.

Assim, as paisagens (enquanto “espaço-representação”) só revelam a presença de uma determinada concepção da relação sociedade-natureza na ausência das distintas manifestações espaciais (e vice e versa). Assim, a paisagem contém o “outro” nela, simultaneamente retrata e esconde as disputas ideológicas e simbólicas trava-

das no espaço. Apresenta a realidade e mascara a mesma, num movimento constante e contraditório.

A paisagem está profundamente associada à reprodução das relações sociais no capitalismo e, sendo marca e matriz da interação histórica entre sociedade e natureza, é apropriada constantemente para a reprodução do capital, como estratégia de contornar suas inerentes crises de sobreacumulação. As representações que legitimam o desenvolvimento capitalista, portanto, estão expressas na paisagem produzida, reafirmando os valores do progresso através das formas no espaço. Uma paisagem urbana, por exemplo, carregada de símbolos e contradições, foi construída historicamente em oposição a um rural associado ao atraso, à involução e ao subdesenvolvimento. De forma semelhante, novas paisagens rurais, produzidas sob a afirmação de novos valores e símbolos, visam atender às necessidades de acumulação, renovando-se e ressignificando-se em oposição ao “caos da cidade”, aos problemas urbanos.

Dessa forma, a paisagem geográfica construída pelo capital não é um mero produto passivo, como aponta Harvey (2014). A paisagem influencia de maneira significativa na acumulação capitalista, assim como funciona como matriz para a produção do espaço. A paisagem construída também expressa as contradições regionais de riqueza de poder, influenciando na composição de um mosaico interconectado pelos desenvolvimentos geográficos desiguais.

A lógica capitalista busca periodicamente construir uma nova paisagem sob os rastros da velha, a partir dos excedentes produzidos. Com a reorientação dos fluxos do capital, as contradições aparecem como, justamente, reflexos destes excedentes, que são continuamente produzidos pelos mecanismos de acumulação por espoliação, na dinâmica de sobreacumulação, inerente ao capitalismo. Assim, as crises funcionam muitas vezes como impulsos para a transformação, para a construção de uma espacialidade nova, apoiada nos simbolismos da paisagem.

Portanto, a circulação do capital no espaço exige a criação de infraestruturas físicas e de materialização na paisagem. Porém, com o tempo, o capital precisa se libertar daquilo que construiu, devido à sua dinâmica fluida. Assim, desvaloriza parte do capital fixo na paisagem geográfica, buscando criar uma paisagem nova. Ou

seja, o capital cria uma paisagem geográfica para satisfazer suas necessidades em um lugar e momento determinados, tendo que desvalorizá-lo posteriormente para realocar os excedentes.

Porém, da mesma forma que as representações envolvem as ideologias, mas as ultrapassam, a paisagem não está relacionada apenas à reprodução do capital e ao espaço dominante em uma sociedade (associado ao modo de produção). Está permeada pelas práticas espaciais, as expressa e as produz, assim como condiciona novas percepções. Aí reside um avanço significativo trazido pelo pensamento de Lefebvre, ou seja, sua tentativa de transcender o dualismo entre concebido/abstrato e percebido/concreto para incorporar sua personificação como vivido. (HALFACREE, 2007)

Considerações Finais

Como aponta Diegues (2001, p. 63) a partir de Godelier (1984):

[...] nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações [...]. Em suma, no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: *representar, organizar e legitimar* as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente.

As representações, completa:

[...] são meios pelos quais os homens reinventam seus mundos, reforçando ou transformando os mundos de seus antecessores. Apesar da diversidade dos objetivos e dimensões, as diferentes modalidades de representações estão intimamente relacionadas com o fluxo da vida social. (p. 70)

Ler a paisagem é um exercício complicado e defini-la talvez seja uma tarefa ainda mais árdua. Entretanto, possivelmente com semelhante importância está a compreensão de que este conceito é parte de um todo, um todo inexplicável em sua essência. O estudo das representações, ainda que não apresente-nos um retrato fiel da realidade, pode auxiliar na “revelação” da paisagem e, conseqüentemente, em sua operacionalização.

Concordamos com Chartier (1990, p. 17, apud. NAME, 2007, p. 45) quando afirma que:

Representação e realidade não são campos opostos, estão interligadas e são complementares entre si, e suas imagens não nos oferecem o deslocamento da realidade via simulacrum, mas sim nos colocam próximos a ela, ampliando experiências e percepções (GITLIN, 2003 [2001]): as representações permitem que homens e mulheres dêem inteligibilidade a seus arredores, se localizem nos seus espaços e realizem filiações socioculturais.

Também concordamos com Serpa (2013) em propor o desafio de reestabelecer a dialética entre forma e conteúdo. Devemos partir das cristalizações morfológicas, mas ir além da forma, desvendar as representações que estão presentes e escondidas. Superando o olhar e superando a forma é que será possível pensar a paisagem de maneira integradora.

A paisagem não é só um retrato, assim como não é apenas uma representação artística. Não é somente uma perspectiva, não se explica apenas pelo observador e pelos seus sentidos. Também não é somente uma escala de análise ou uma área de determinada abrangência. Tampouco é unicamente um acúmulo de tempos, uma marca e uma matriz das relações entre sociedade e natureza. Não se define apenas pela dinâmica geomorfológica, assim como não se explica unicamente pela ecologia ou pela cultura. Defendemos que a paisagem é tudo isso e mais. É também a forma com que as relações que ocorrem no espaço (sobretudo as relações sociedade/natureza) se apresentam a nós, ou melhor, são representadas a nós, propiciando nossa percepção e experimentação através dos sentidos e da consciência.

Devemos ter a consciência de que a paisagem é muito maior do que qualquer uma das perspectivas e abordagens destacadas. Certas abordagens ou escolas paisagísticas são mais adequadas para apreender determinadas problemáticas, deixando outras questões fora de foco, enquanto outras serão mais apropriadas para analisar tais questões deixadas em segundo plano. Cada perspectiva apreende uma parte, agregando sua concepção e forma de ver a realidade ao todo. Cada modo de ver contribui à sua maneira.

Recomenda-se, inclusive, em consonância com Besse (2014a), o livre trânsito entre as abordagens, de acordo com o interesse do pesquisador. Propomos aqui uma

abordagem que consideramos integradora e pertinente com as problemáticas atuais, associando o conceito de paisagem ao complexo conjunto de representações.

Se a paisagem, como qualquer conceito, não se refere ao todo, não apreende a realidade por completo, devemos encarar tal incompletude como desafio e não como limitação. Desafio de ir além, de reconhecer que existem outras perspectivas e, sobretudo, de superar à forma, chegar ao conteúdo, às relações que existem por trás das aparências. A busca por (re)pensar a paisagem através das “lentes” da geografia pretende reafirmar a relevância deste conceito dentro da ciência geográfica. A associação entre o mundo visível/ exterior e o mundo subjetivo/imaterial confere a este conceito uma importância fundamental num contexto marcado pelas representações. Ressignificá-lo pode representar a ressignificação da própria geografia.

Referências:

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 9-26.

BARTHOLOMEU, Matheus Cavalcanti. Por um conceito propriamente geográfico de paisagem. **GeoPUC** V.8, n. 15, p. 9-28, jul.-dez. 2015.

BERQUE, Augustin. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas contemporâneas. In: BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**. Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014a.

_____. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Trad. Eliane Kuvassney e Mônica Balestrin Nunes. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014b.

_____. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Paisagens, texto e identidade**. Rio de Janeiro, UERJ, 2004.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. Ed. HUCITEC, São Paulo, 2001 [1996].
- FORMAN, Richard TT. **Land Mosaics: Ecology of Landscapes and Regions**. Cambridge University Press – Text Book, 1995, Part I, p. 03-40.
- GRAMSCI, Antonio – **Cadernos do Cárcere** – Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.
- HALFACREE, Keith. **Trial by space for a ‘radical rural’**: introducing alternative localities, representations and lives. *Journal of Rural Studies*, 2007.
- HALL, Stuart. The West and the Rest: discourse and power. In: SCHECH, Susane; HAGGIS, Jane. **Development: a cultural studies reader**. Oxford (RUN); Malden (EUA): Blackwell, 2002. p. 56-64.
- HARVEY, David. **Diecisiete Contradicciones y el Fin del Capitalismo**. IAEN, 2014.
- HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 149-168.
- LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**. Contribución a la teoría de las representaciones. Mexico DF: Editora Fondo de Cultura Economía, 2006.

_____. **A produção do espaço.** Original: La production de l'espace. 1991; 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna, JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 87-97.

METZGER, J. P. **O que é ecologia de paisagens?** Biota Neotropica, Campinas, SP, v.1, n. 1/2, p. 1-9, 2001.

NAME, Leonardo. Escalas de representação: sobre filmes e cidades, paisagens e experiências. **Revista RUA** 10. 2007.

_____. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos**, vol. 6, n.2, dez. 2010.

OLIVEIRA, R.R. 'Fruto da terra e do trabalho humano': paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 277-299, 2015.

RUA, João. Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades. In: RUA, João (Org.) **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

RUSSEL, Emily W. B. History Hidden in the Landscape. In: **People and Land through Time: linking ecology and history.** New Haven: Yale University Press. 1997, p. 3-18.

SANSOLO, D.G. **Significados da paisagem como categoria de análise geográfica.** Niterói: ANPEGE, s.n.t. 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SERPA, Angelo. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2013.

SOLÓRZANO, A.; OLIVEIRA, R.R. & GUEDES-BRUNI, R.R. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol. XII, n. 1, p. 49-66, jan-jul. 2009.

SOUZA, Gabriel de Lima. Paisagem, Geografia e cinema. **GeoPUC**, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 41-56, jul.-dez. 2015.

Recebido em 7 dez. 2017

Aceito em 3 jun. 2018.